



ÁREA DO

CONCURSEIRO

SIMULADO DIREITO PENAL

Prezado Cliente,

Com o objetivo de fornecer um material preparatório para os clientes da Editora Solução, estamos disponibilizando conteúdo didáticos gratuitos, que foram utilizados em nossas apostilas.

Nossa intenção é oferecer conteúdos de qualidade e principalmente, manter nossos candidatos atualizados e motivados para a conquista do sonhado cargo público.

Vamos a luta, há muitas etapas para serem cumpridas!

Comece agora, comece pela maneira certa!



431) A induziu B a suicidar-se, mas não alcançou o resultado morte nem lesão corporal por circunstâncias alheias à sua vontade. A praticou:

- a) o crime de induzimento a suicídio
- b) tentativa de induzimento ao suicídio
- c) constrangimento ilegal
- d) um ato atípico

RESPOSTA: D. Porque o delito do artigo 122 somente se consuma se da tentativa do suicídio resultar lesão corporal grave ou ocorrer a morte.

432) Quem exige ou recebe, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro, comete o crime de:

- a) extorsão
- b) extorsão indireta
- c) estelionato
- d) apropriação indébita

RESPOSTA: B. Pois esta de acordo com o artigo 160, do CP.

433) O funcionário público que recebe dinheiro ou o aceita para a realização de falsa perícia, comete o crime de

- a) falso testemunho ou falsa perícia
- b) corrupção passiva
- c) concussão
- d) peculato

RESPOSTA: B Segundo artigo 317 do CP

434) Aponte a alternativa que contém três crimes praticados por particular contra a administração pública

- a) peculato, concussão, advocacia administrativa.
- b) desacato, corrupção ativa e desobediência.
- c) peculato, desacato e corrupção passiva.
- d) concussão, corrupção ativa e advocacia administrativa.

RESPOSTA: B.

435) Quem faz inserir declaração falsa em documento público como fim de prejudicar direito, responderá como

- a) autor do crime de falsidade ideológica
- b) autor do crime de falsidade documental
- c) partícipe do crime de falsidade ideológica
- d) partícipe do crime de falsidade documental.

RESPOSTA: A.

436) “Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida”. É o que reza o artigo 316 do Código Penal, quando define o crime de

- a) peculato
- b) corrupção passiva
- c) prevaricação
- d) concussão

RESPOSTA: D.

437) Caso o funcionário público concorra culposamente para a apropriação de dinheiro proveniente dos cofres públicos, mas restitua antes da sentença penal irrecorrível:

- a) terá extinta a punibilidade
- b) terá a pena reduzida de um a dois terços
- c) terá a pena reduzida de metade.
- d) praticará crime de corrupção, sem diminuição de pena.

RESPOSTA: A. A questão trata do peculato culposo, previsto no artigo 312, §3º, onde na hipótese do servidor público reparar o dano até a sentença irrecorrível sua pena será extinta.

438) Daniel, perante a autoridade policial competente, assume a responsabilidade por disparo de arma de fogo em via pública realizado por sua namorada, com a finalidade de protegê-la. Daniel praticou, em tese,

- a) nenhum crime, pois sua conduta é atípica.
- b) auto-acusação falsa
- c) comunicação falsa de crime
- d) favorecimento real.

RESPOSTA: B. Pois a lei, no artigo 341 prevê como tal crime a auto-acusação de crime praticado por outrem.

439) Considera-se causa de aumento de pena do crime de furto a hipótese de o ato ser praticado

- a) durante o repouso noturno
- b) com emprego de chave falsa
- c) mediante concurso de dois ou mais agentes
- d) com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa
- e) com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

RESPOSTA: A. Pois está no parágrafo primeiro do artigo 155, §1º. As demais alternativas falam do furto qualificado, previsto no parágrafo quarto.

440) No que diz respeito aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa que traz, apenas, crimes próprios no que concerne ao sujeito ativo

- a) tráfico de influência, abandono de função, violação de sigilo funcional.
- b) usurpação de função pública, prevaricação, peculato.
- c) corrupção passiva, condescendência criminosa, advocacia administrativa.
- d) favorecimento real, concussão, violência arbitrária.

RESPOSTA: C. Todos estes crimes são praticados por servidores públicos. Trata-se de crimes próprios.